

A PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL EM RELAÇÃO ÀS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS NA GRADUAÇÃO

Kevyn Garbin Koller

Mariana M. S. Bonotto

RESUMO

As instituições de ensino superior devem subsidiar competências e habilidades, sejam técnicas ou interpessoais, para que os profissionais atendam as demandas exigidas pelo mercado de trabalho. Levando em consideração essa necessidade, o presente estudo buscou responder a seguinte questão: qual a percepção dos egressos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em relação às habilidades e competências desenvolvidas na graduação? Objetivou-se, então, identificar a percepção dos mesmos a respeito das competências e habilidades adquiridas durante a graduação, tendo como base a Resolução CNE/CES nº 10 e a *International Education Standard 2*. Para tanto, utilizou-se de pesquisa descritiva com procedimentos técnicos de levantamento ou *survey*. Os dados foram coletados através de questionário que contemplava 51 questões fechadas acerca dos conhecimentos dos formandos e egressos e 1 questão aberta que solicitava sugestões de melhoria ao currículo do curso, sendo respondido por 126 participantes. Como resultado da pesquisa, identificou-se grande afinidade dos egressos com as competências e habilidades ligadas às seguintes áreas de competência descritas no estudo: contabilidade financeira e relatórios, contabilidade de gestão, auditoria e assecuração, governança, gestão de riscos e controle interno, leis e regulamentação comercial, tecnologia da informação, ambiente empresarial e organizacional, economia e estratégia e gestão de negócios. Enquanto que com relação às habilidades citadas em "outras habilidades", competências exigidas pela Resolução CNE/CES nº 10, não houve o mesmo entendimento. Conclui-se que o currículo do curso abrange consideravelmente os requisitos considerados como essenciais nas normas que basearam a delimitação das competências do estudo.

Palavras-chave: Habilidades e competências. Curso de Ciências Contábeis. *International Education Standard 2*.

ABSTRACT

Higher education institutions should subsidize skills and abilities, whether technical or interpersonal, for professionals to meet the requirements demanded by the labor market. Taking into account this need, the present study sought to answer the following question: what is the perception of graduates of the Accounting Sciences course of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul in relation to the skills and competences developed in the undergraduate program? The objective was to identify their perception of the skills and abilities acquired during graduation, based on the Resolução CNE/CES No. 10 and the *International Education Standard 2*. For that, a descriptive research was used with procedures Survey technicians. The data were collected through a questionnaire that included 51 closed questions about the knowledge of the trainees and graduates and an open question that asked for suggestions to improve the curriculum of the course, and was answered by 126 participants. As a result, the affinity of the graduates with the skills and abilities related to the following areas of competence described in the study were identified: financial accounting and reporting, management accounting, auditing and assurance, governance, risk management and internal control, laws and business regulation, information technology, business and organizational environment, economics, strategy and business management. While with regard to the skills cited in "other skills", competences required by Resolução

CNE/CES nº 10, there was not the same understanding. It is concluded that the curriculum of the course considerably covers the requirements considered essential in the standards that based this study.

Keywords: Skills and competences. Accounting Sciences course. International Education Standard 2.

1 INTRODUÇÃO

O perfil esperado que um contador tenha vem se modificando, “[...] se espera que o contador esteja em constante evolução, pois, [...] não é mais possível sobreviver no momento atual com aquela postura de escriturador, "guarda-livros", "despachante" e atividades burocráticas de maneira geral.” (MARION; SANTOS, 2000, p. 12). Dessa forma, o contador não pode estar ligado apenas às ações restritas de sua profissão, ou mesmo apenas efetuar a escrituração contábil visando o atendimento de obrigações legais, ele deve demonstrar características múltiplas que atendam as necessidades dos usuários da contabilidade, deve gerar informações que auxiliem na tomada de decisão (KRUGER et al., 2013). A denominação de “guarda-livros” se demonstra antiquada em relação ao que se espera de um profissional contador. A ideia de profissional automatizado que apenas registra a contabilidade e suas transações, bem como escritura seus livros mercantis, sem analisar, trabalhar, estudar e controlar as informações está defasada. O profissional contábil passou a ter um trabalho mais nobre e menos mecanizado e burocrático, tendo a fase mecânica cedido lugar à fase técnica e esta está cedendo lugar à fase da “informação” (MARION; SANTOS, 2000).

A profissão contábil é regulamentada pelo Decreto-lei nº 9.295/46 e outras resoluções complementares e tem as suas atribuições definidas na Resolução nº 560/83, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). De acordo com essa resolução, uma das atribuições privativas do contador, descrita no item 20 do art. 3º é o “[...] controle, avaliação e estudo da gestão econômica, financeira e patrimonial das empresas e demais entidades;” (CFC, 1983). De modo geral, é uma diretriz do comportamento que é esperado de um contador moderno e corrobora com o que Marion e Santos (2000) entendem ser um contador “tradutor”, o qual tem capacidade de não apenas apurar os dados, e sim trabalhar com eles, interpretando informações e adequando-as para a tomada de decisão de maneira tempestiva e eficiente.

O contador deve manter-se atualizado no que tange as normas contábeis nacionais e internacionais, a legislação vigente, ao avanço das tecnologias bem como as orientações e procedimentos divulgados pelos órgãos competentes, nacionais e internacionais, como por

exemplo: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), *International Accounting Standards Board* (IASB) e *International Federation of Accountants* (IFAC). O profissional contabilista deve ser um centro de informação, uma peça-chave na empresa, capaz de auxiliar no que diz respeito às informações de utilidade gerencial, deve ser capaz de não somente avaliar o passado contábil das empresas por meio das demonstrações contábil-financeiras, mas também de, com a utilização de premissas e estimativas, prever o futuro das mesmas. Segundo Santos et al. (2008, p.10):

[...] a Contabilidade deve acompanhar a evolução da sociedade dentro dessa nova realidade, fornecendo informações que auxiliem na forma de mensuração, não só dos custos, dos produtos e da *performance* gerencial, mas acima de tudo, na mensuração do patrimônio tangível e intangível que reflita o real valor das Empresas.

Neste sentido, as instituições de ensino superior assumem seu papel de subsidiar aos seus alunos o conhecimento e as competências que serão exigidas destes pelo mercado de trabalho. De acordo com Kruger et al. (2013, p. 42):

O desenvolvimento de competências específicas, torna-se instrumento essencial na formação acadêmica, possibilitando ao egresso um preparo qualificado e eficiente para o exercício profissional, num mercado competitivo, de muitas demandas e desafios. Assim como as competências, é necessário desenvolver ainda as habilidades específicas, para assumir as funções inerentes à profissão. Os dois elementos são relevantes para a formação do perfil do profissional da contabilidade.

O atendimento às competências e habilidades supracitadas qualifica o profissional contábil e corrobora com o perfil de contador buscado pelas empresas: contadores que não se limitem ao mero processo de escrituração contábil, mas que tenham visão ampla e profunda das necessidades que envolvem o processo gerencial (OLIVEIRA, 2008).

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como finalidade responder: qual a percepção dos egressos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em relação às habilidades e competências desenvolvidas na graduação? Portanto, o objetivo geral deste trabalho é identificar a percepção dos egressos do curso de Ciências Contábeis da UFRGS em relação às habilidades e competências desenvolvidas na graduação. Como objetivos específicos, a pesquisa busca verificar a percepção dos egressos do curso de Ciências Contábeis da UFRGS com os requisitos de competência e habilidades exigidos nas normas internacionais de educação (IES 2 – IFAC) e, no âmbito nacional, com a Resolução CNE/CES nº 10 e analisar as sugestões de melhoria no currículo, visando adequação ao exigido no mercado de trabalho.

Este estudo tem como justificativa a necessidade de conhecimento das competências adquiridas até o término da graduação. Estudos que tem esse objetivo são válidos para análise de mercado dos cursos superiores e para a sobrevivência no mercado das instituições, bem como a adequação destas com as necessidades dos seus clientes, buscando a excelência no ensino (FERNANDES, 2013).

A preocupação com a capacitação adequada do profissional contábil e com o atingimento de requisitos essenciais como os citados na Resolução CNE/CES nº 10 e na IES 2, reforçam a importância do estudo, pois, “[...] espera-se que exerça a profissão com responsabilidade social e apresente atuação técnica e instrumental, considerando outros ramos do saber e evidenciando o domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinares.” (LEAL; SOARES; SOUSA, 2008, p. 150).

O presente estudo está dividido em 5 seções: a primeira apresenta uma introdução ao assunto a ser abordado, a segunda seção fundamenta teoricamente a pesquisa, visando dar consistência ao estudo com um apanhado de teorias à respeito do projeto-político-pedagógico e de requisitos de competências e habilidades do profissional contábil. A terceira seção tratará dos procedimentos metodológicos utilizados na coleta e análise dos dados. Na seção quatro, haverá a apresentação e análises dos resultados da pesquisa, os quais serão utilizados para fundamentar as considerações finais, que é a última seção do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção fundamentar-se-á teoricamente a pesquisa, para que possa haver o entendimento do estudo, sendo abordados temas como: o projeto-político-pedagógico e seu papel na definição das competências, aspectos relativos às competências e habilidades necessárias na formação de um contador à luz da Resolução CNE/CES nº10 e da *International Education Standard 2*.

2.1 PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A DEFINIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O projeto-político-pedagógico (PPP) “[...] representa o planejamento das ações desenvolvidas pela instituição educativa.” (SCATOLA, 2013, p.20). Logo, a organização curricular dos cursos de Ciências Contábeis deverá ser estabelecida através deste PPP. De

acordo com a Resolução CNE/CES nº 10, o PPP da Instituição de Ensino Superior deverá contemplar a descrição dos seguintes aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II – componentes curriculares integrantes;
- III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV - estágio curricular supervisionado;
- V - atividades complementares;
- VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- VII - regime acadêmico de oferta;
- VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto. (BRASIL, 2004).

A elaboração do PPP também deverá levar em consideração alguns elementos estruturais citados pela Resolução, como:

- I - objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - concepção e composição das atividades complementares;
- XI - inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC). (BRASIL, 2004).

Ao realizar a descrição de aspectos importantes à organização curricular e de tratar de elementos estruturais do curso de Ciências Contábeis, pode-se dizer que o PPP “[...] é o balizador do fazer universitário, expressando a prática pedagógica das IES e dos cursos e dando direção à gestão e às atividades educacionais.” (PELEIAS et al. 2011, p. 501). Pode-se considerar o PPP também como um instrumento de gestão do curso, sendo definido através dele o planejamento educacional e a atuação política da instituição de ensino, apontando uma direção e estabelecendo compromissos com o curso, em busca de sua identidade (SCATOLA, 2013).

Para Kruger et al. (2013), os cursos de contabilidade devem descrever em seu PPP as habilidades e competências – as quais visam tornar o indivíduo capaz de assumir a profissão no mercado de trabalho – que objetivam propiciar ao aluno ao se tornar bacharel, e ao assumir

seus papéis na profissão contábil. O PPP deverá também, segundo Souza e Ortiz (2006), caracterizar o perfil profissional como portador de capacidades técnicas e funcionais, capacidade de atuar e se enquadrar em diferentes modelos organizacionais e capacidade de integração com ferramentas de tecnologia da informação.

Para que os egressos dos cursos de Ciências Contábeis desenvolvam competências e habilidades que estejam de acordo com as necessidades da sociedade e do mercado trabalho, Scatola (2013) ressalta que as IES devem manter-se atentas às mudanças e transformações, para que seja possível definir o perfil adequado às necessidades de evolução do mundo de negócios e delineá-lo em seu PPP. Seguindo este pensamento, Peleias et al. (2011 p. 502) entende que a formação de “[...] contadores globalizados remete à discussão sobre a construção do PPP do curso e a elaboração de currículos próprios adequados ao cenário atual, em que a formação dos profissionais responda aos desafios que o mundo lhes coloca.”.

2.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA UM CONTADOR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CNE/CES nº 10.

A Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Ciências Contábeis, objetiva “[...] formar diplomados nas diversas áreas de conhecimento, para que estejam aptos para a inserção nos inúmeros setores profissionais, contribuindo, assim, para formação e desenvolvimento contínuo da sociedade brasileira.” (LEMES; MIRANDA, 2014, p. 300). Ott et al. (2011) salienta que as diretrizes “[...] foram concebidas levando em conta o cenário de mudanças no mundo dos negócios, de forma geral, e no Brasil de forma particular, com reflexos sobre a demanda dos profissionais da Contabilidade.”.

A resolução define, no seu artigo 3º, que ao término do curso, o contabilista deve ter capacidade de compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras dos diferentes tipos de organização, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional. O contabilista deve apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais que envolvam apurações, auditorias, perícias, arbitragens, deve ter noções de atividades atuariais, bem como de quantificação das informações financeiras, sejam elas patrimoniais ou governamentais, utilizando-se plenamente de inovações tecnológicas. Além disso, o recém-formado deverá revelar capacidade crítico analítica de avaliação quanto às implicações organizacionais a partir da utilização de instrumentos da tecnologia da informação (BRASIL, 2004).

A Resolução também define, em seu artigo 4º, as principais competências e habilidades necessárias na formação profissional do contador, sendo estas as capacidades de:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais. (BRASIL, 2004).

Com base no exposto, Scatola (2013, pg. 54) conclui que o ensino em contabilidade “[...] requer o desenvolvimento de capacidades técnicas, valores e comportamentos sociais, incluindo habilidades de comunicação, capacidade de planejamento, pensamento estratégico, crítico e analítico e habilidades de cálculo, incluindo lógica.”. Então, estas diretrizes curriculares indicam que é necessário o desenvolvimento de competências técnicas relacionados à formação profissional, reforçando também a importância da incorporação de conhecimentos organizacionais, administrativos e de tecnologias da informação, bem como o desenvolvimento de habilidades interpessoais, como a comunicação e a liderança (LEMES; MIRANDA, 2014).

2.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA UM CONTADOR DE ACORDO COM A *INTERNATIONAL EDUCATION STANDARD 2*.

A profissão contábil busca atender não somente as necessidades de informações acerca da situação financeira das entidades, como também de informações não financeiras de uma grande variedade tomadores de decisão. Nessa variedade incluem-se, não exclusivamente, o

público, os atuais e possíveis investidores, a gestão de funcionários dentro das organizações, os fornecedores, os credores, os clientes, e os órgãos governamentais. A capacidade da contabilidade de satisfazer as necessidades de informação dos usuários contribui para uma economia eficiente, ou seja, que cria valor para a sociedade (IFAC, 2017).

Nesse sentido, a IFAC (2017), através da publicação de normas pelo seu Conselho Internacional de Normas de Educação em Contabilidade (IAESB), busca melhorar a qualidade de educação de profissionais da contabilidade em todo o mundo, prescrevendo normas nomeadas de *International Education Standards* (IES), que definem requisitos para: a entrada em programas de educação contábil profissional (IES 1), o desenvolvimento profissional inicial dos novos contadores (IES 2 – Competências Técnicas, IES 3 – Habilidades Profissionais, IES 4 – Ética, Atitudes e Valores Profissionais, IES 5 – Experiência Prática e IES 6 – Avaliação de Competência Profissional) e o desenvolvimento profissional contínuo de contadores (IES 7). Fontes (2013, p. 46) salienta que “Estas normas orientadoras podem servir de apoio a qualquer instituição de ensino de contabilidade, para a elaboração de planos curriculares, e a qualquer docente que leccione nesta mesma área.”.

A norma que trata das competências que foram utilizadas como base nesse estudo é a IES 2 – Competências Técnicas. Os requisitos descritos na norma, e suas áreas de competência estão evidenciados no Quadro 1:

Quadro 1 – Competências técnicas de acordo com a IES 2

(continua)

Área de competência	Requisitos
Contabilidade financeira e relatórios	Aplicação de princípios contábeis e normas relevantes às transações e outros eventos, avaliação de políticas contábeis na preparação de demonstrações financeiras, elaboração de demonstrações financeiras e interpretação de demonstrações financeiras e outros relatórios que não possuam dados financeiros.
Contabilidade de gestão	Aplicação de técnicas para tomada de decisão e comportamento de custos, análise de dados financeiros e não financeiros para tomada de decisão, elaboração de relatórios que apoiem a tomada de decisão e avaliação de produtos e segmentos de negócio.
Finanças e gestão financeira	Comparação das fontes de financiamento de uma organização, análise de fluxo de caixa e necessidades de capital de giro, análise financeira de uma organização, análise dos componentes de custo de capital, aplicação de técnicas de orçamento em investimento de capital e explicação de rendimentos e de abordagens de valorização de mercado.
Tributação	Explicação de aspectos relativos à conformidade e declaração de impostos, elaboração de cálculos de impostos, análise de questões tributárias internacionais não complexas e distinção entre planejamento tributário, elisão e evasão fiscal.
Auditoria e asseguração	Definição de etapas e objetivos em uma auditoria, aplicação das normas, leis e regulamentos aplicáveis, avaliação dos riscos de distorção relevante e seu impacto na estratégia de auditoria, aplicação de métodos quantitativos em auditorias e explicação de elementos-chave de trabalhos de asseguração e suas normas.
Governança, gestão dos riscos e controle	Conhecimento de princípios de governança, partes interessadas, transparência, análise de componentes de governança de uma organização, análise de riscos e

interno	oportunidades a partir do uso de uma estrutura de gerenciamento de riscos e análise do controle interno voltado à elaboração de demonstrações financeiras.
Legislação e regulamentação comercial	Explicação de leis e regulamentos que regem as diferentes formas de pessoas jurídicas e que se aplicam aos contadores profissionais.
Tecnologias da informação	Análise dos controles gerais de tecnologia da informação e dos controles de aplicação relevantes e explicação do papel da tecnologia da informação na tomada de decisão, bem como sua utilização.
Ambiente empresarial e organizacional	Entendimento sobre o ambiente em que uma organização opera, análise de variáveis que afetam o comércio e finanças internacionais e identificação de aspectos relativos à globalização.
Economia	Entendimento dos princípios fundamentais da microeconomia e da macroeconomia, dos efeitos da mudança em indicadores macroeconômicos sobre atuação das empresas e distinção entre estruturas de mercado
Estratégia e gestão de negócios	Conhecimento das diversas maneiras pelas quais as organizações podem ser projetadas e estruturadas, explicação da importância das diversas áreas funcionais de uma organização, análise de externalidades e processos utilizados na formulação da estratégia e desenvolvimento do desempenho, liderança e motivação de indivíduos.

Fonte: elaborado pelo autor com base na IES 2.

A *International Education Standard 2* visa estabelecer a competência técnica que os estudantes de contabilidade precisam desenvolver e demonstrar até o final do processo do desenvolvimento profissional inicial a fim de desempenhar o papel de contador profissional (IFAC, 2017). Em outras palavras, a norma estipula o conteúdo e o conhecimento que deve estar presente em um plano curricular de contabilidade que visa formar contadores qualificados (FONTES, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresentará os procedimentos metodológicos que foram utilizados neste estudo.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa realizada neste estudo pode ser classificada quanto aos seguintes aspectos: pela forma de abordagem do problema, de acordo com seus objetivos e com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como quantitativa, visto que as informações obtidas através da pesquisa serão tratadas por meio de técnicas estatísticas, como percentual, média, etc. (RICHARDSON, 1999). A abordagem quantitativa

estará evidenciada a partir da utilização destes tipos de técnicas de análise nos dados que serão, após coletados através de questionário, tabulados e medidos.

De acordo com os seus objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois se busca descrever a percepção dos egressos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em relação às competências e habilidades adquiridas na graduação. Conforme Gil (2008, p.28), “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis.”.

A partir dos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa configura-se como levantamento ou survey, caracterizando-se pela interrogação direta de pessoas, as quais se deseja conhecer o comportamento. Neste sentido, solicitam-se informações do grupo a ser estudado, referentes ao problema da pesquisa e posteriormente analisa-se quantitativamente visando obter conclusões acerca dos dados coletados (GIL, 2010).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo abrange um total de 553 egressos e 52 formandos, sendo escolhida por ter concluído a graduação após a última substancial alteração no Projeto-Político-Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da UFRGS, possuindo capacidade de responder aos questionamentos que darão suporte à questão-problema da pesquisa. A amostra foi definida pelo número de respondentes do questionário, totalizando 126. Para que seja possível realizar inferências sobre a população, a amostra necessária é de 121 respondentes, tendo sido calculada através do site Cálculo Amostral (SANTOS, 2017), levando em consideração um erro amostral de 8% e um nível de confiança de 95%.

3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Dessa forma, a coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário online, realizado e compartilhado pelo Google Docs, elaborado com base na Resolução CNE/CES nº10 (2004) e na IES 2 (2014), com o intuito de identificar a percepção dos egressos em relação aos conhecimentos adquiridos na graduação. O questionário foi composto por 51 questões fechadas a cerca das competências e habilidades adquiridas e uma questão aberta onde se pede sugestões ao currículo do curso visando adequação com as exigências do

mercado. As questões fechadas estarão descritas tendo como respostas a escala psicométrica de Likert, onde através da numeração de 1 ao 5 define-se o nível de concordância do questionado, tendo o número 1 como “Discordo totalmente”, 2 para “Discordo parcialmente”, 3 para “Não concordo nem discordo”, 4 para “Concordo parcialmente” e 5 para “Concordo plenamente”

Os dados da pesquisa foram tabulados e apresentados em gráficos, realizando-se análises descritivas através de procedimentos estatísticos básicos, para que seja possível identificar, através de número e/ou porcentagem, se os objetivos da pesquisa foram alcançados ou não.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados identificados a partir das respostas ao questionário, em relação às questões abertas que lidaram com as competências e habilidades adquiridas na graduação e à questão fechada que pedia sugestões ao currículo do curso visando aproximação com as necessidades do mercado.

4.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

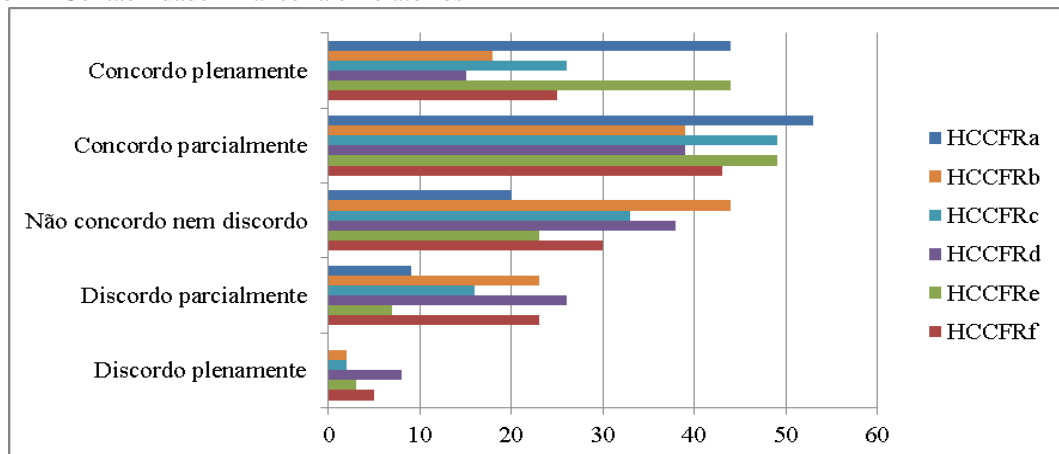
Neste subcapítulo foram abordadas as respostas dos pesquisados a partir das competências e habilidades que basearam o questionário da pesquisa, sendo divididas em doze áreas de competência, cada qual legendada visando melhor distinguir as afirmativas, sendo elas e suas respectivas legendas: contabilidade financeira e relatórios (HCCFR), contabilidade de gestão (HCCG), finanças e gestão financeira (HCFGF), tributação (HCT), auditoria e asseguração (HCAA), governança, gestão dos riscos e controle interno (HCGGRCI), legislação e regulamentação comercial (HCLRC), tecnologias da informação (HCTI), ambiente empresarial e organizacional (HCAEO), economia (HCE), estratégia e gestão de negócios (HCEGN) e outras habilidades (HCOH).

4.1.1 Contabilidade financeira e relatórios – HCCFR

As habilidades e competências relacionadas à contabilidade financeira e relatórios contemplaram desde a aplicação de princípios e normas contábeis até a elaboração e interpretação de demonstrações de cunho financeiro e não financeiro.

Em relação à aplicação de princípios contábeis às transações e outros eventos (HCCFRa), a graduação possibilitou essa habilidade aos respondentes, visto que 97 (76,98%) desses concordaram plena ou parcialmente com a afirmativa, tendo como discordantes apenas 9 (7,14%) dos pesquisados, nenhum plenamente em desacordo. A habilidade de aplicação das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRSs) ou outras normas relevantes às transações e outros eventos (HCCFRb) foi considerada como obtida total ou parcialmente por 57 (45,24%) dos pesquisados, tendo 34,92% dos respondentes mantendo-se indiferentes.

Gráfico 1 – Contabilidade Financeira e Relatórios



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

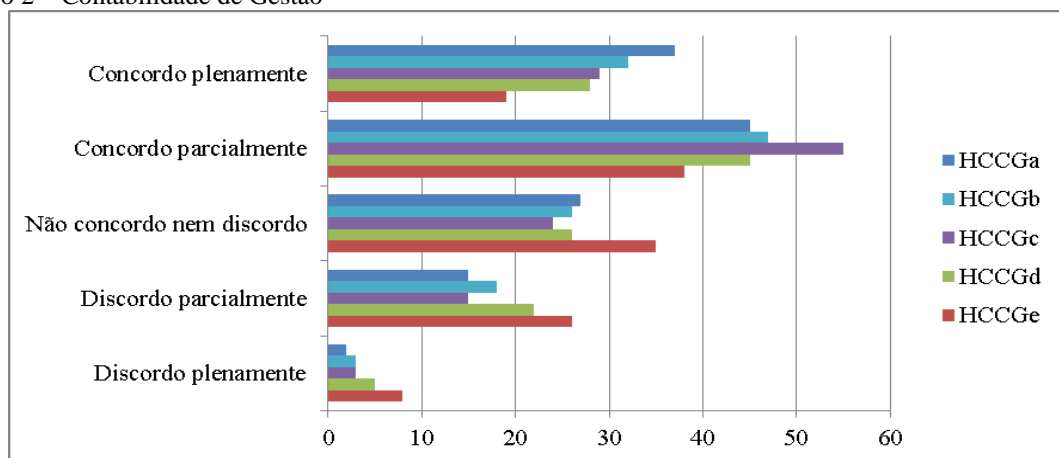
O posicionamento dos questionados acerca da capacidade de avaliar a adequação das políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de uma organização (HCCFRc) demonstra que 59,52% concordam ou concordam totalmente com a obtenção dessa ao término da graduação ao mesmo tempo que 14,29% entendem que grande parte dessa capacidade ou sua totalidade não foi adquirida. Mais da metade (57,14%) dos respondentes se mantiveram indiferentes (30,16%) ou discordaram (26,98%), seja parcial ou totalmente, da obtenção de aptidão para elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as IFRS ou outras normas relevantes (HCCFRd). Entretanto, uma parcela significativa, 73,81% dos que responderam ao questionário entenderam que adquiriram a competência plena ou parcial de interpretar as demonstrações financeiras e as

divulgações relacionadas (HCCFRe) ao passo que 68 (53,97%) dos pesquisados entenderam adquirir, ao menos parcialmente, competência para interpretar relatórios que incluam dados não financeiros (HCCFRf), como por exemplo, relatórios de sustentabilidade e relatórios integrados.

4.1.2 Contabilidade de gestão – HCCG

Levando em consideração as habilidades e competências relacionadas com a contabilidade de gestão, buscou-se situar aspectos como a aplicação de técnicas de análise de dados e a elaboração de documentos que dão suporte à tomada de decisão. Os pesquisados, em sua maioria (65,08%), concordam plena ou parcialmente com a afirmação de que a graduação os proporcionou habilidades e competências para aplicar técnicas para apoiar a tomada de decisões gerenciais (HCCGa), como por exemplo, análise dos custos de produtos, análise de desvios, controle de inventário, orçamentação e previsão.

Gráfico 2 – Contabilidade de Gestão



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

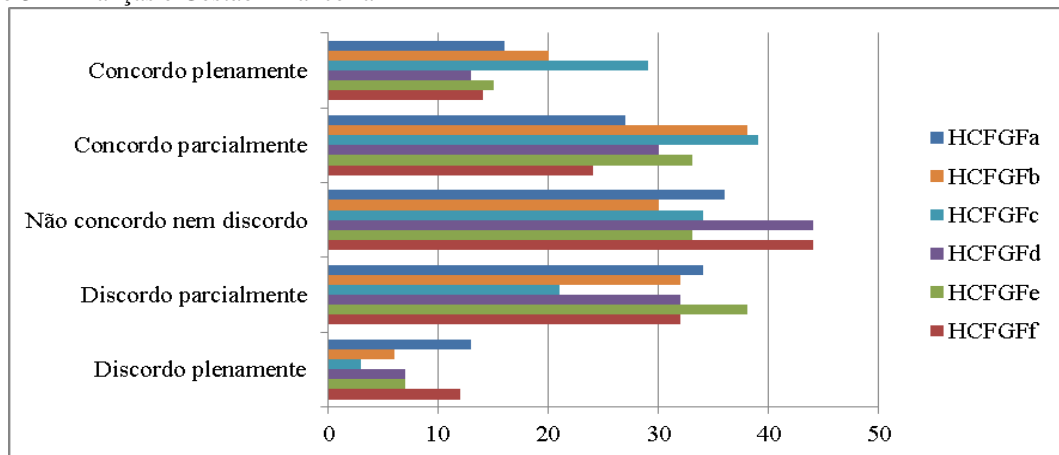
Bem como a afirmação HCCGa, a competência para aplicar técnicas quantitativas apropriadas para analisar o comportamento dos custos e dos direcionadores de custos (HCCGb) e para analisar dados financeiros e não financeiros, visando fornecer informações relevantes para a tomada de decisões gerenciais (HCCGc) obtiveram expressivas parcelas de concordantes totais ou plenos, 62,70% e 66,67% respectivamente. O mesmo não se pode concluir da habilidade dos questionados em elaborar relatórios para apoiar a tomada de decisões gerenciais (HCCGd), incluindo relatórios que se concentrem no planejamento e orçamentação, gestão de custos, controle de qualidade, medição de desempenho e avaliação

comparativa, que apesar de apresentar 57,94% de concordantes que se consideraram ao menos parcialmente competentes, identificou um considerável percentual de discordância: 3,97% plena e 17,46% parcial. Nessa mesma linha, houve também cerca de um quarto (26,98%) de discordância, sendo 6,35% plena, a respeito da capacidade dos pesquisados de avaliar o desempenho de produtos e de segmentos de negócios (HCCGe). 27,78% dos respondentes se definiram indiferentes quanto a essa habilidade.

4.1.3 Finanças e gestão financeira – HCFGF

As afirmativas desta seção buscaram definir a concordância dos questionados em relação a aspectos ligados a finanças e gestão financeira, como a interpretação das diversas fontes de financiamento, análise da situação financeira da empresa, custo de capital, rendimentos, etc. A primeira afirmativa dizia respeito à capacidade de comparar fontes de financiamento disponíveis para uma organização (HCFGFa), como são os financiamentos bancários, instrumentos financeiros e mercado de ações, por exemplo. Como demonstrado no gráfico 3, o número de respondentes que discordaram (47), em sua totalidade ou não com a capacidade supracitada, é levemente superior ao número dos que concordaram (43).

Gráfico 3 – Finanças e Gestão Financeira



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

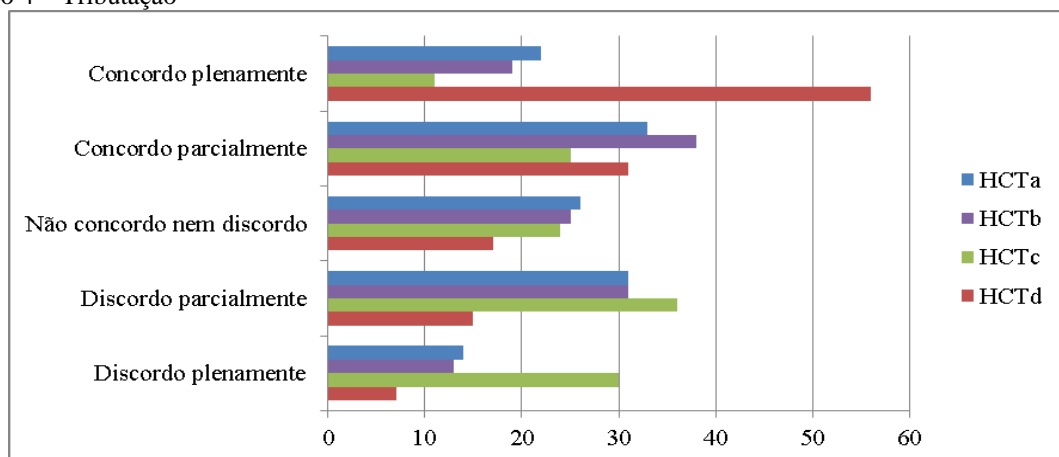
Com relação à habilidade de analisar o fluxo de caixa e a necessidade de capital de giro de uma organização (HCFGFb), 58 (46,03%) consideraram-se ao menos parcialmente aptos ao final do curso, enquanto 38 (30,16%) entenderam que essa aptidão foi quase ou totalmente inexistente. Mais da metade dos questionados (53,97%) concordou parcial ou plenamente com a afirmação de que alcançou competências para analisar a situação financeira

atual e futura de uma organização (HCFGFc), seja através da análise de indicadores, da análise de tendências ou da análise de fluxo de caixa. Ao avaliar a capacidade dos respondentes em analisar a adequação dos componentes usados para calcular o custo de capital de uma organização (HCFGFd), obteve-se um nível de concordância de 34,13%, que é similar ao nível de discordância encontrado para essa capacidade: 30,95%. Com elevados níveis de discordância, 35,71% e 34,92%, encontraram-se as habilidades de aplicação de técnicas de orçamento de capital na avaliação de decisões de investimento de capital (HCFGFe) e de explicação de rendimentos e de abordagens de valorização de mercado. (HCFGFf), respectivamente.

4.1.4 Tributação – HCT

Consideraram-se parcial ou totalmente capazes de explicar as obrigações nacionais de conformidade e de declaração de impostos (HCTa) 55 (43,65%) dos entrevistados. Por outro lado, 45 (35,71%) discordaram da obtenção do conhecimento, sendo 14 (11,11%) deles discordantes plenos. Em proporção semelhante às respostas da afirmativa HCTa, a afirmativa que avaliava o conhecimento para elaborar cálculos de impostos diretos e indiretos para pessoas físicas e jurídicas (HCTb) obteve 45,24% de concordantes e 34,92% de discordantes.

Gráfico 4 – Tributação



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

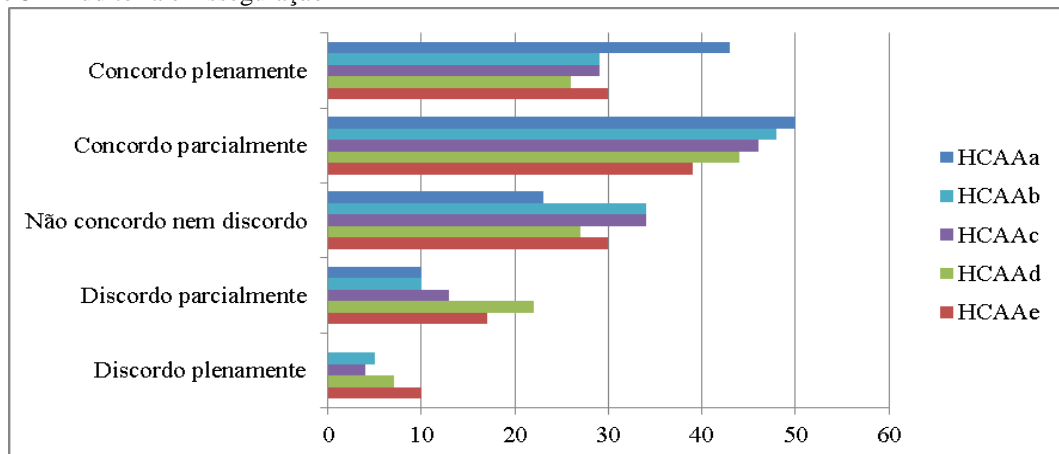
O nível de discordância (52,38%) parcial ou plena em relação à habilidade de analisar as questões tributárias associadas a transações internacionais não complexas (HCTc) foi de quase o dobro do nível de concordância (28,57%), mantendo-se indiferentes 19,05% dos pesquisados. Contudo, a parcela de concordantes da afirmativa a respeito da capacidade de

diferenciação entre planejamento tributário, elisão fiscal e evasão fiscal (HCTd) foi consideravelmente volumosa (69,05%), como mostra o gráfico 4, com predominância de concordância plena..

4.1.5 Auditoria e asseguração – HCAA

Dos respondentes, 73,81% consideraram-se plena ou parcialmente capazes de descrever os objetivos e as etapas envolvidas na realização de uma auditoria de demonstrações financeiras (HCAAA), tendo 7,94% de discordância, com nenhum pesquisado discordando totalmente. Já, sobre a capacidade de aplicar as normas de auditoria relevantes e as leis e regulamentos aplicáveis à auditoria das demonstrações financeiras (HCAAb), 61,11% entenderam terem-na desenvolvido em sua totalidade ou perto dela.

Gráfico 5 – Auditoria e Asseguração



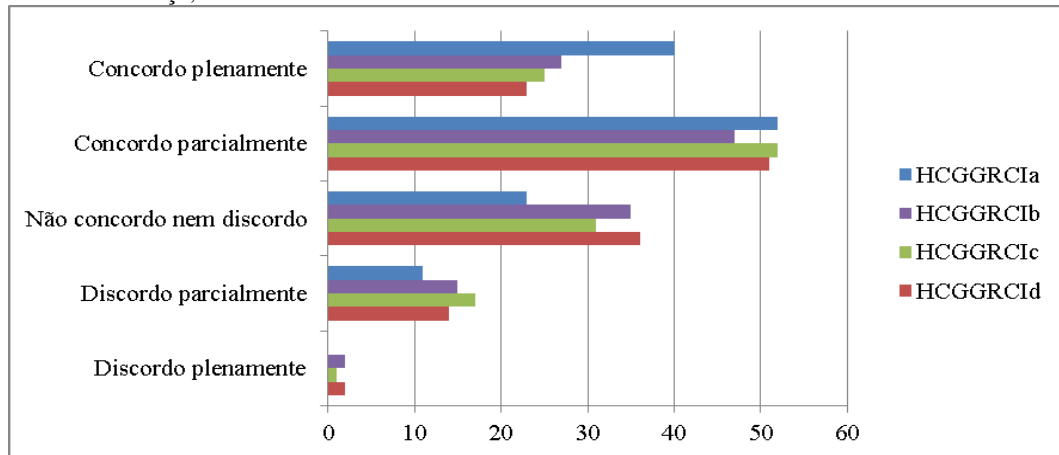
Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

Os posicionamentos dos pesquisados em relação às capacidades de avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras e considerar o impacto deste na estratégia de auditoria (HCAAc) e de aplicar métodos quantitativos durante trabalhos de auditoria (HCAAd), tiveram níveis de concordância semelhantes: 59,52% e 55,56%, respectivamente. Entretanto, na afirmativa HCAAc, 26,98% se mantiveram indiferentes e na afirmativa HCAAd, 21,43%, as levando a ter um nível de discordância de 13,49% e 23,02%, respectivamente. Cerca de metade (54,76%) dos questionados entenderam que a graduação lhes proporcionou a capacidade plena ou parcial para explicar os elementos-chave dos trabalhos de asseguração e as normas aplicáveis que sejam relevantes para estes trabalhos (HCAAe), ao passo que outros 21,43% entenderam não tê-la obtido.

4.1.6 Governança, gestão de riscos e controle interno – HCGGRCI

De acordo com as respostas recebidas, 73,02% dos pesquisados entenderam que o curso os fez adquirir competência para explicar os princípios de boa governança e explicar o papel das partes interessadas nos requisitos de governança, divulgação e transparência (HCGGRCIa). 74 (58,73%) respondentes julgaram-se capazes de analisar os componentes do quadro de governança de uma organização (HCGGRCIb) ao término da graduação, contudo, 13,49% desses não tiveram tal entendimento.

Gráfico 6 – Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

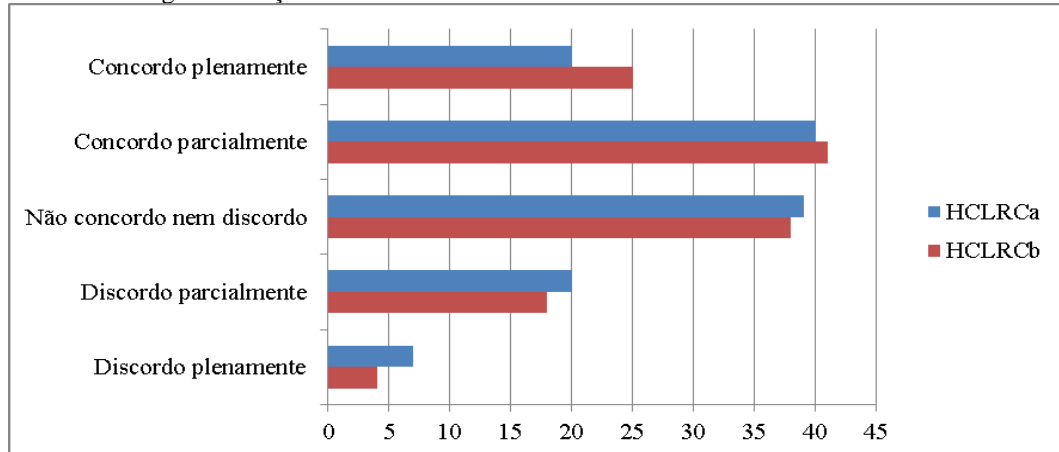
Com relação à afirmativa de que os pesquisados seriam capazes de analisar os riscos e oportunidades de uma organização (HCGGRCIc), a partir do uso de uma estrutura de gerenciamento de riscos, 61,11% concordaram e outros 14,29% discordaram. Sobre a habilidade para analisar os componentes do controle interno relacionados à elaboração dos relatórios financeiros (HCGGRCId), o nível de concordância foi semelhante à afirmativa anterior: 58,73% de concordantes e 12,70% de discordantes.

4.1.7 Leis e regulamentação comercial – HCLRC

A parcela dos entrevistados que discordaram e dos que se mantiveram indiferentes, 21,43% e 30,95% respectivamente, quanto a afirmativa sobre a capacidade de explicar as leis e regulamentos que regem as diferentes formas de pessoas jurídicas (HCLRCa), foi maior do que a parcela de concordantes (47,62%). Por outro lado, o nível de concordância em relação à

afirmação sobre a capacidade de explicar as leis e regulamentos aplicáveis ao ambiente em que operam os contadores profissionais (HCLRCb) foi de 52,38%, tendo como discordantes 22 (17,46%) dos pesquisados.

Gráfico 7 – Leis e Regulamentação Comercial

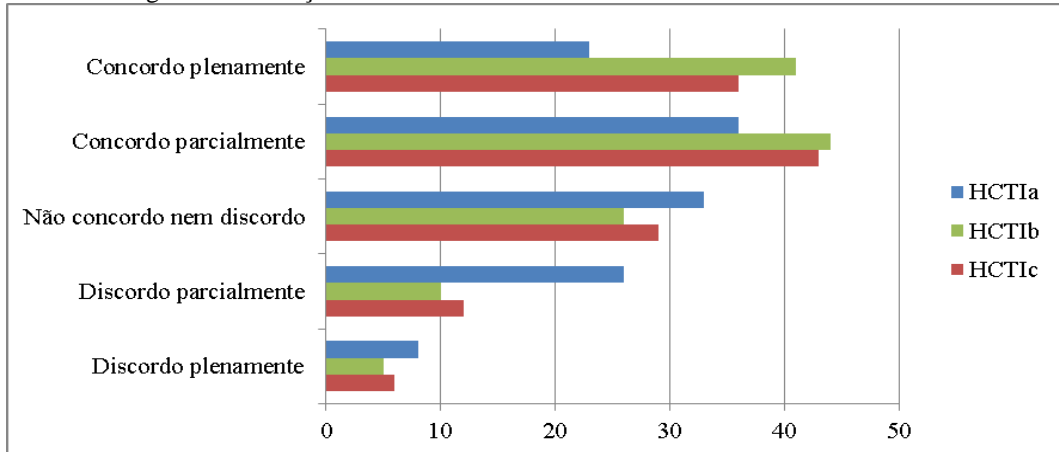


Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

4.1.8 Tecnologia da informação – HCTI

A partir das competências e habilidades relacionadas com o uso e o entendimento das tecnologias da informação, menos da metade dos respondentes (46,83%) consideraram-se capazes de analisar a adequação dos controles gerais de tecnologia da informação e dos controles de aplicação relevantes (HCTIa), apresentando um nível de discordância plena ou parcial de 26,98%. Porém, de acordo com as respostas obtidas, o número de concordantes que considerou as habilidades de explicar como a tecnologia da informação contribui para a análise de dados e tomada de decisão (HCTIb) e de utilizar a tecnologia da informação para apoiar a tomada de decisões através da análise de negócios (HCTIc) foi de 85 (67,46%) e 79 (62,70%) respectivamente, tendo discordado da obtenção dessas capacidades apenas 11,90%, no caso da afirmação HCTIb e 14,29%, na afirmação HCTIc.

Gráfico 8 – Tecnologia da Informação

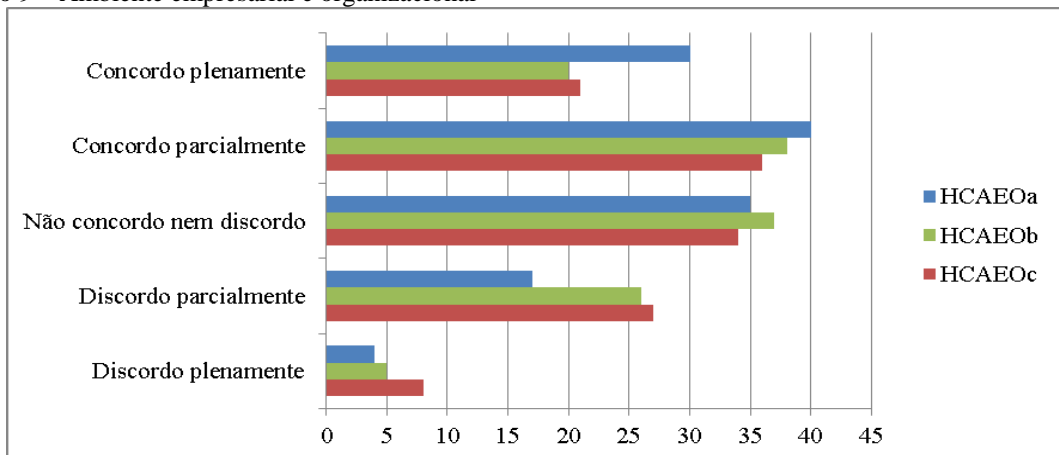


Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

4.1.9 Ambiente empresarial e organizacional – HCAEO

Em relação ao demonstrado no gráfico 9, observa-se que 55,56% dos respondentes concordaram plena ou parcialmente com a obtenção de capacidade para descrever o ambiente em que uma organização opera (HCAEOa), incluindo as principais forças econômicas, legais, políticas, sociais, técnicas, internacionais e culturais, ao mesmo tempo que 16,67% julgaram não ter adquirido esse conhecimento e o restante (27,77%) não se posicionou.

Gráfico 9 – Ambiente empresarial e organizacional



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

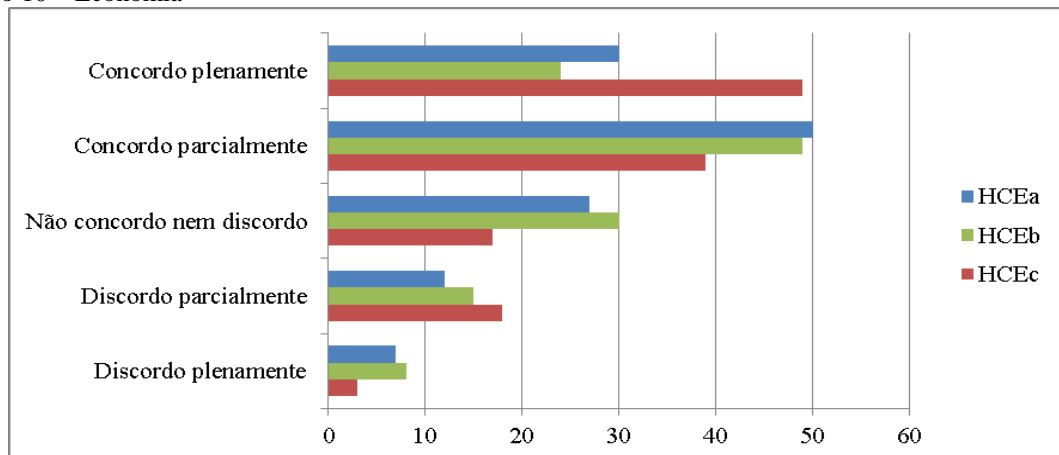
A respeito da capacidade de analisar aspectos do ambiente global que afetam o comércio e as finanças internacionais (HCAEOb), 31 (24,60%) dos questionados manifestaram discordância enquanto 58 (46,03%) concordaram com a afirmação, em sua maioria de maneira parcial. Em proporção parecida, 27,78% dos pesquisados entenderam que a competência de identificar as características da globalização (HCAEOc), incluindo o papel

das multinacionais, do comércio eletrônico e dos mercados emergentes no âmbito das organizações não foi alcançada, sendo o conhecimento obtido nesse aspecto nulo ou quase nulo. Todavia, 57 (45,24%) concordaram que houve assimilação da competência afirmada em HCAEOc.

4.1.10 Economia – HCE

Como se constata no gráfico 10, há predominância de concordantes parciais (39,68%), como também de concordantes plenos (23,81%), totalizando um nível de concordância de 63,49% no que diz respeito à afirmação que indaga a capacidade de descrever os princípios fundamentais da microeconomia e da macroeconomia (HCEa). Em termos de discordância total ou parcial dessa afirmação, encontrou-se o percentual de 15,08%. A aptidão para descrever o efeito das mudanças nos indicadores macroeconômicos sobre a atividade das empresas (HCEb) teve o nível de discordância aproximadamente um quinto (18,25%) dos pesquisados, mas o nível de concordância mostrou-se superior à metade dos mesmos (57,94%).

Gráfico 10 – Economia



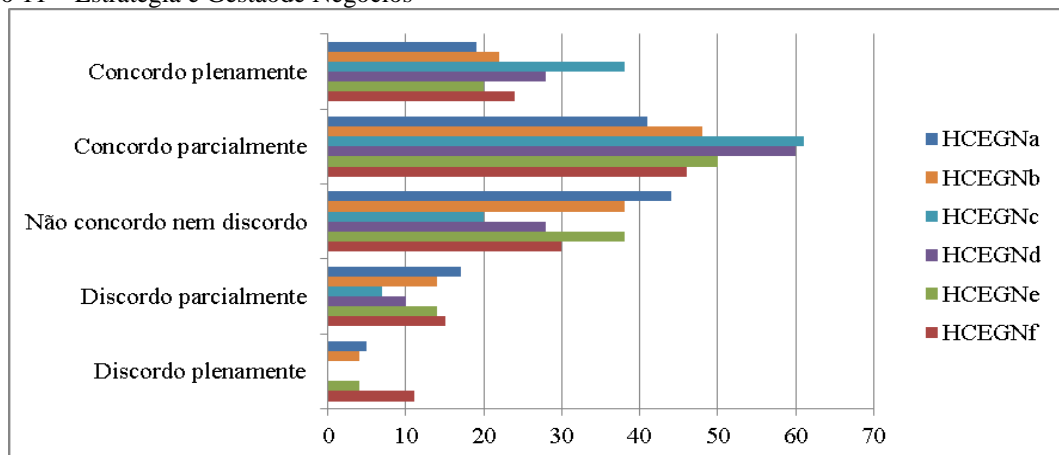
Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

Ao analisar a afirmativa HCEc, sendo a capacidade de explicar os diferentes tipos de estruturas de mercado, como por exemplo a diferença entre concorrência perfeita e concorrência monopolística, as diferenças entre monopólio e oligopólio, encontrou-se elevado nível de concordância (69,84%), o percentual de discordância de 16,67% e uma pequena parcela de pesquisados que julgaram-se indiferentes quanto à afirmativa (13,49%).

4.1.11 Estratégia e gestão de negócios – HCEGN

Nessa parte da pesquisa buscou-se examinar aspectos relativos à estratégia e a gestão de negócios, desde o entendimento do papel dos diversos setores e pessoas em uma empresa até a distinção das formas pelas quais uma empresa se estrutura. A primeira afirmação indagou a obtenção ou não da capacidade de explicar as várias maneiras pelas quais as organizações podem ser projetadas e estruturadas (HCEGNa). Como resultado, 47,62% dos respondentes julgaram que de fato o curso proporcionou ao menos o conhecimento parcial dessa capacidade, no entanto, outros 17,46% discordaram com a afirmação. De acordo com as respostas da afirmação seguinte, sobre a habilidade de explicar a finalidade e a importância dos diferentes tipos de áreas funcionais e operacionais dentro das organizações (HCEGNb), obteve-se um percentual de concordância de 55,56% e um nível de discordância de 14,29%, com grande parte dos questionados mantendo-se indiferentes (30,15%).

Gráfico 11 – Estratégia e Gestão de Negócios



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

Pode-se perceber através do gráfico 11 que as duas competências seguintes foram consideradas de grande assimilação, total ou parcial, pelos questionados, que não discordaram plenamente de ambas as afirmações. A competência para analisar os fatores externos e internos que podem influenciar a estratégia de uma organização (HCEGNc) foi julgada como obtida, ao menos parcialmente, por 78,57% dos respondentes, tendo por consequência disso, o percentual de discordância de apenas 5,56%. O posicionamento dos entrevistados em relação à aptidão para explicar os processos que podem ser utilizados para implementar a estratégia de uma organização (HCEGNd) foi semelhante à afirmativa anterior: 69,84% de concordantes, tendo nível de discordância de apenas 7,94%. Sobre a habilidade de explicar como as teorias

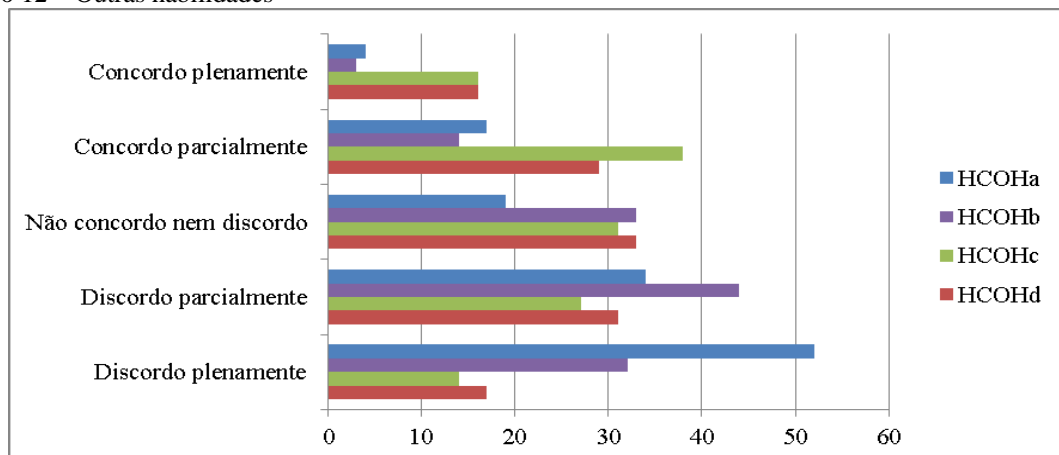
do comportamento organizacional podem ser usadas para melhorar o desempenho individual, coletivo e da organização (HCEGNe), pouco mais da metade dos respondentes (55,56%) entenderam ser capaz ao término do curso. Contudo, 14,29% entenderam que não obteve tal habilidade ou sua obtenção foi rasa. Semelhante no nível de concordância da habilidade HCEGNe, a capacidade de liderar e motivar equipes multidisciplinares na busca de dados para a geração e disseminação de informações contábeis precisas (HCEGNf) teve 70 (55,56%) dos respondentes como concordantes, enquanto 26 (20,63%) discordaram – 11 desses plenamente em desacordo.

4.1.12 Outras habilidades – HCOH

As outras habilidades pesquisadas nesse ponto, definidas com base na Resolução CNE/CES nº10, foram as que apresentaram, em sua maioria, maior nível de discordância e menor nível concordância entre as habilidades e competências desse estudo.

A aptidão em demonstrar conhecimento das terminologias e a atividades atuariais (HCOHa) teve como concordantes apenas 16,67% dos respondentes, ao mesmo tempo que apresentou nível de discordância de 68,25%, sendo 41,27% dos pesquisados discordantes plenos. Não muito diferente foram as ponderações acerca da capacidade de apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo perícias e arbitragens (HCOHb), com nível de discordância de 60,32% e apenas 17 (13,49%) concordantes.

Gráfico 12 – Outras habilidades



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

Sobre a obtenção de competência para interpretar as demonstrações financeiras de entidades públicas (HCOHc), o percentual de concordância foi de 42,86%, em contraponto ao

percentual de discordantes: 32,54%. Ainda nesse sentido, a capacidade para elaboração de demonstrações financeiras de organizações públicas de acordo com as normas governamentais pertinentes (HCOHd) teve como discordantes 48 (38,10%), enquanto outros 45 (35,71%) concordaram com a obtenção da competência citada.

4.2 SUGESTÕES DE MELHORIA AO CURRÍCULO

Este ponto do estudo trará algumas das sugestões propostas pelos pesquisados em relação ao currículo do curso, obtidas através das respostas à questão aberta do questionário que indagava: se você pudesse adequar o currículo para fins de aprimorar o desenvolvimento técnico profissional, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, que ajustes você faria? Dos 126 que responderam a pesquisa, 85 sugeriram melhorias ao currículo, tendo como foco, principalmente, a aplicação de mais experiências práticas durante a graduação e o melhor aproveitamento e/ou até mesmo criação de novas cadeiras a respeito de algumas matérias como: auditoria e perícia, contabilidade e planejamento tributário, contabilidade governamental e estágio curricular supervisionado. Dentre as sugestões recebidas, selecionaram-se as que melhor representavam as demandas mais frequentes dos pesquisados.

Em relação à aplicação de mais experiências práticas durante a graduação, o participante 7 entende que:

A realidade das empresas deveria adentrar muito mais no Curso de Ciências Contábeis da UFRGS. O curso deveria dispor de muito mais aulas práticas de rotinas financeiras com a utilização da tecnologia (softwares atuais utilizados pelas empresas) [...]. (PARTICIPANTE 7).

Nesse sentido também foram as sugestões dos participantes 9 e 10, que sugeriram maior contato com experiências práticas durante a graduação, conforme relatado a seguir:

Incluiria no currículo cadeiras que envolvam mais a prática da profissão contábil no mercado (aplicando a teoria na prática). (PARTICIPANTE 9).
Ampliar o contato dos alunos com situações práticas, que exijam tomada de decisão e gestão de pessoas. (PARTICIPANTE 10).

Essa vivência dos alunos com situações práticas corriqueiras, definida como aproximação da teoria com o “mundo real” pelo pesquisado 58, poderia capacitar o aluno a colocar em prática as teorias estudadas, ao passo que, o participante 33 defende a existência

de mais práticas supervisionadas, pois entende que somente exercícios em papel não são suficientes para fixar a teoria.

Acredito que seria interesse aos alunos vivenciar mais casos práticos de mercado em sala de aula, a fim de que a teoria fosse relacionada ao "mundo real". (PARTICIPANTE 58).

Reforçaria as práticas supervisionadas ao longo no curso nas cadeiras de Contabilidade. O currículo de contábeis é interessante por que é multidisciplinar, porém para quem nunca estagiou ou trabalhou diretamente com contabilidade, apenas os pequenos exercícios em papel são insuficientes para fixar o entendimento ou capacitar o aluno a colocar o conhecimento em prática. (PARTICIPANTE 33)

O participante 25 julga que as mudanças não devem ser feitas no currículo, mas sim na abordagem de ensino.

Acredito que o mais importante não é o currículo e sim a abordagem para passar a matéria. Faltam abordagens mais práticas e estudos de casos reais. Muitos assuntos são tratados de forma teórica que não conseguimos ver uma aplicação prática. (PARTICIPANTE 25).

Essa mudança de abordagem corrobora com reivindicação do participante 100, que pede mais disciplinas ou mudança no método de ensino, com viés maior para exercícios práticos que possam exercitar a teoria, conforme relatado:

Acrescentaria disciplinas ou método de ensino para mais aulas práticas. Vemos a teoria, as leis, mas não temos a noção de como vamos aplicar isso na vida real em uma empresa, como contadores que se deparam com diversas situações e tem que definir, por sua responsabilidade, como classificar contabilmente, ou tomar decisões complicadas. (PARTICIPANTE 100).

De acordo o pesquisado 91, as situações práticas trazidas em aula são de baixa complexidade, o que considera não estar de acordo com o mercado de trabalho, visto que esse exige dos contabilistas a competência para lidar com situações complexas.

Em relação à auditoria e perícia, o participante 101 entende que a cadeira de perícia deveria ser separada da cadeira de auditoria, como está sendo feito atualmente. O mesmo complementa sugerindo a criação de mais uma cadeira de auditoria. Essa reivindicação foi realizada também pelos participantes 88 e 104, que recomendaram a criação de mais disciplinas de auditoria e perícia, como também de disciplinas voltadas ao uso de tecnologia da informação. A necessidade de maior dedicação do currículo no que tange a disciplina de auditoria também foi lembrada pelo respondente 78, que entende que seria necessário dedicar:

[...] maior parte do currículo ao Direito Tributário, tax compliance e também para técnicas de auditoria e perícia, com enfoque mais prático. (PARTICIPANTE 78).

Novamente a solicitação de um enfoque mais prático para as disciplinas, além da recomendação para aumento no volume de ensino com foco em tributos. Diversos participantes sugeriram a adição mais cadeiras tributárias ao currículo ou adoção de uma abordagem mais prática para as mesmas, como é o caso dos seguintes pesquisados:

Inseriria mais disciplinas relativas ao cálculo de tributos, [...]. (PARTICIPANTE 113).

Acrescentar cadeiras tributárias, ou torná-las mais práticas [...]. (PARTICIPANTE 27).

[...] faria das disciplinas de planejamento tributário mais práticas. (PARTICIPANTE 40).

O participante 37 foi além, entendendo que as informações de exercícios de apurações de impostos deveriam ser retiradas de exemplos reais e que as declarações relacionadas aos tributos enquanto o pesquisa 82 solicita maior foco para tributação sobre a renda de pessoas físicas e jurídicas:

Colocaria mais cadeiras obrigatórias na parte tributária, dando ênfase na parte de apuração dos impostos (com números reais) e declarações (Sped). (PARTICIPANTE 37).

Melhoraria o currículo para área tributária, inclusive o aprendizado para a declaração do IR pessoa física e jurídica. [...]. (PARTICIPANTE 82).

Pôde-se perceber também uma grande demanda por parte dos respondentes para que o curso abrigasse maior ênfase para a contabilidade pública, como sugerem os participantes 51, 74 e 100:

Tentaria ampliar as disciplinas focadas na contabilidade pública, [...]. (PARTICIPANTE 51).

No currículo obrigatório deve haver a inclusão de mais uma disciplina abordando a contabilidade pública, ou seja, contabilidade governamental 3, para retomar o conteúdo das duas primeiras. (PARTICIPANTE 74).

[...] haver mais disciplinas que trabalhem a contabilidade pública com mais detalhamento, [...]. (PARTICIPANTE 100).

De acordo com o participante 30, seria necessário substituir algumas cadeiras do currículo atual por mais cadeiras que tivessem como conteúdo aspectos relativos à administração e contabilidade pública por considerar o curso é básico nesse quesito:

Substituiria algumas disciplinas do atual quadro por mais cadeiras focadas em Administração e Contabilidade Pública porque, atualmente, o curso é muito básico na área pública (não estudamos a fundo a Lei das licitações, Lei de responsabilidade

fiscal e administração pública em nível municipal, estadual e federal). (PARTICIPANTE 30).

Mais uma vez nota-se a necessidade de uma abordagem mais prática, visto que o questionado 7 entende que ensino de contabilidade pública é efetuado a partir da memorização de lançamentos e não da aplicação prática da teoria:

[...] ensino da Contabilidade Governamental (Pública) deveria ser abordada com a PRÁTICA e não com a "decoreba" de lançamentos. [...]. (PARTICIPANTE 7).

Em relação a cadeira de estágio curricular, surgiam algumas sugestões sobre mudanças no aproveitamento das aulas; De acordo com o participante 1, a cadeira de estágio curricular deveria:

[...] apresentar aos alunos algumas tarefas do dia-a-dia do contador, por exemplo: DCTF, EFD, PGDAS, CAGED, SEFIP, RAIS, DIRF, etc. (PARTICIPANTE 1).

Essa ideia de apresentação das rotinas contábeis do “dia-a-dia” dos profissionais de contabilidade também foi considerada pelos participantes 61 e 64, ao propor que a cadeira oferecesse ambientação com experiências práticas comuns a profissionais que trabalho em um escritório de contabilidade, por exemplo, como relatado a seguir:

Acho que seria importante ter a cadeira de estágio supervisionado deveria ser dividida em dois semestres ao menos, e que em um semestre fosse visto todas as questões fiscais do dia-a-dia (levantamentos, cálculos, preenchimento e entrega das obrigações, inclusive as acessórias, etc.) e no outro semestre houvesse a simulação da prática da contabilidade societária, lançamentos, elaboração dos demonstrativos e etc. (PARTICIPANTE 61).

Que a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado oferecesse mais aulas práticas. Uma sugestão seria simular as atividades de um escritório de contabilidade. Uma coisa importante seria aprender a fechar um balanço na prática, pois as empresas cobram muito. [...]. (PARTICIPANTE 64).

Outras sugestões currículo com vistas ao mercado de trabalho foram dadas, como é o caso do que é sugerido pelo participante 3, que entende que o curso deveria proporcionar aos alunos mais conhecimento acerca de operações que envolvam controladas e coligadas, equivalência patrimonial, etc.

O curso de contábeis não pode ficar tão distante de matérias como fluxo de caixa e algumas operações que são apenas pinceladas em Contabilidade internacional, como Hedge, operações com controladas/coligadas, equivalência patrimonial... (PARTICIPANTE 3).

A busca por disciplinas comportamentais, principalmente no que diz respeito às relações interpessoais e marketing pessoal também foi assunto entre as sugestões dadas. O ensino de elaboração e apresentação de relatórios, bem como o de *Compliance* também estiveram em pauta, conforme requisitado pelos respondentes 103 e 37:

Disciplinas complementares comportamentais (liderança, inteligência emocional, comunicação) e marketing. O comportamento será o diferencial para o profissional em qualquer área, inclusive a contábil; assim como a venda, todos os profissionais precisam vender suas ideias tanto para clientes, como para chefes, supervisores, gerentes, sócios e até os próprios pares. (PARTICIPANTE 103).

Cadeira focada em gerenciamento de pessoas, para desenvolver as habilidades interpessoais que são muito demandadas dentro das organizações. Ensinar a elaboração de relatórios gerenciais e a apresentação dos mesmos. Dar ênfase também na matéria de *Compliance*. (PARTICIPANTE 37).

Uma matéria que ainda não está contemplada no currículo da graduação em contabilidade da UFRGS é a Contabilidade Forense. Com base nisso, o participante 69 sugeriu a inclusão dessa disciplina, ao relatar:

Acredito que poderia ser colocada no currículo a Contabilidade Forense, pois é uma atividade que está se desenvolvendo no Brasil (PARTICIPANTE 69).

Por fim, foi recomendado pelo questionado 17 a criação de ênfases na graduação, entendendo que cada aluno tem objetivos específicos após o término do curso e poderia fazer com que o aluno aprofundasse o conteúdo em sua área de interesse. Este comentou que:

[...] criaria ênfases para a graduação, pois os alunos entram com objetivos diferentes: se tornar funcionário público, auditor, consultor, custos, etc. [...]. (PARTICIPANTE 17).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo a identificação da percepção dos egressos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em relação às habilidades e competências adquiridas na graduação. Através das respostas obtidas, identificou-se grande afinidade dos egressos com as competências e habilidades ligadas às seguintes áreas de competência descritas no estudo: contabilidade financeira e relatórios, contabilidade de gestão, auditoria e assecuração, governança, gestão de riscos e controle interno, leis e regulamentação comercial, tecnologia da informação, ambiente empresarial e

organizacional, economia e estratégia e gestão de negócios. Contudo, em relação às habilidades contempladas pela seção de “outras habilidades”, exclusivamente listadas na Resolução CNE/CES nº10, pôde-se perceber que os pesquisados não se julgaram familiarizados, visto que as afirmativas dessa área de competência foram as que tiveram maior nível de discordância. As competências que dizem respeito às finanças e gestão financeira e à tributação dividiram os respondentes, tendo aproximadamente uma relação de 1 para 1 entre concordantes e discordantes na maioria de suas afirmações.

A segunda parte do estudo buscava sugestões dos pesquisados sobre a adequação do currículo do curso para corresponder o que é solicitado pelo mercado de trabalho. Dentre as diversas recomendações, cabe salientar que a principal demanda dos egressos foi a existência de mais situações práticas durante a lecionação das diversas disciplinas do currículo, com a finalidade de aplicação da teoria e dos conceitos estudados. Outra demanda valorizada pelos respondentes foi a busca pela mudança de abordagem e/ou inclusão de novas disciplinas relacionadas à auditoria e perícia, contabilidade e planejamento tributário, contabilidade governamental e estágio curricular supervisionado.

Verifica-se através dos resultados obtidos que o currículo do curso abrange grande parte dos requisitos que são considerados como essenciais nas normas que basearam a delimitação das competências do estudo, com exceção das capacidades descritas em “outras habilidades”, exigidas nas diretrizes curriculares nacionais, tais como: demonstrar conhecimento das terminologias e a atividades atuariais, apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo perícias e arbitragens e elaborar demonstrações financeiras de organizações públicas de acordo com as normas governamentais pertinentes.

Como recomendações para pesquisas posteriores, sugere-se a replicação desta pesquisa em períodos posteriores do curso de contabilidade na UFRGS buscando analisar o nível de adequação do mesmo em relação ao sugerido pelas normas utilizadas como base pelo estudo, como também a adequação em relação às demandas técnicas exigidas no mercado de trabalho dos profissionais de contabilidade. A replicação da pesquisa em outras instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas, também se demonstraria interessante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces010_04.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983.** Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS - IFAC. **Handbook of International Education Pronouncements.** New York, 2017. Disponível em: <<http://www.ifac.org>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

FERNANDES, Andreia Castiglia. **A profissão contábil e o perfil do universitário de Ciências Contábeis.** 2013. 69 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FONTES, Melanie Torres. **Estudo da influência do regulador de profissão na definição do currículo de cursos superiores: o caso da Contabilidade.** 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Curso de Contabilidade, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. O Perfil Desejado do Egresso dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades de Santa Catarina. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v. 12, n. 34, p.40-52, 30 mar. 2013.

LEAL, Edvalda Araujo; SOARES, Mara Alves; SOUSA, Edileusa Godoi. Perspectivas dos formandos do curso de Ciências Contábeis e as exigências do mercado de trabalho. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 147-160, nov. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2008v5n10p147>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

LEMES, Danielle Ferreira; MIRANDA, Gilberto José. Habilidades profissionais do contador preconizadas pela IFAC: um estudo com profissionais da região do Triângulo Mineiro. **Advances In Scientific And Applied Accounting**, São Paulo, v.7, n.2, p. 293-316, 31 ago. 2014.

MARION, José Carlos; SANTOS, Márcia Carvalho. Os dois lados de uma profissão. **Contabilidade Vista e Revista**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 3-9, ago. 2000.

OLIVEIRA, Mariana Vieira de. **O contador e suas conquistas profissionais: estudo comparativo dos recém-formados da Univali e Unisul.** 2008. 71 f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Ciências Contábeis) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OTT, Ernani et al. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 338-356, dec. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34343>>. Acesso em: 20 jun 2017.

PELEIAS, I. R. et al. Interdisciplinaridade no ensino superior: análise da percepção de professores de controladoria em cursos de ciências contábeis na cidade de São Paulo. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 16, p. 499-532, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. [2017]. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 29 maio 2017.

SANTOS, J. L. et al.. A importância do capital intelectual na sociedade do conhecimento. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 8, n. 14, p. 1-16, jul./dez. 2008.

SCATOLA, Edmeia Soares Pinto. **Reformas curriculares e os desafios da coordenação de um curso de ciências contábeis diante da gestão do projeto político pedagógico**. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, 2013.

SOUZA, Márcio Barros; ORTIZ, Herculano Camargo. A estrutura básica para o ensino superior de contabilidade. In: PELEIAS, Ivam Ricardo (Org.). **Didática do ensino da contabilidade: aplicável a outros cursos superiores**. São Paulo: Saraiva 2006. p. 121-178.